

Maria Luísa Magalhães Nogueira (proponente)

UFMG & Zona de Interferência

Belo Horizonte

Jardel Sander da Silva

PUC Minas & Zona de Interferência

Belo Horizonte

COMUNICAÇÃO ORAL

A CIDADE: O jogo da alteridade

Resumo (até 1000)

A importância que a esfera do privado vem tomando no tecido da cidade é visível e atravessa a experiência de subjetivação que segue funcionando a partir de tal regime. Neste texto, propomos uma discussão sobre a dimensão da alteridade que subjaz a esse processo de privatização, a partir do que entendemos como estratégias de fagocitose (nosso modo de inclusão contemporânea) e tomando como recorte de análise uma obra de ficção. O texto partirá de uma breve localização conceitual sobre a cidade e a subjetivação, para então enunciar uma leitura sobre a relação destas com a alteridade.

Sessão temática: Modos de Subjetivação na Cidade

A CIDADE: O jogo da alteridade

Maria Luísa Nogueira*

Jardel Sander da Silva**

**“Ser, eu sei. Quem sabe,
Esta cidade me significa”
Leminski**

A cidade nos habita. As subjetividades são produzidas *em relação*, na concretude de suas ruas e edificações, nas subjetivações tecidas nos encontros. O que apresentamos neste texto é uma reflexão sobre esta relação, pensando a cidade como produtora de sentido, pois entender a cidade é hoje um exercício fundamental para aqueles cujo compromisso se relaciona com a construção de uma compreensão sobre as subjetividades. É na cidade que moramos hoje¹, como aponta Davis (2006).

Urbanistas, cientistas sociais, geógrafos, artistas, vários de nós vêm tentando traduzir, de diversas formas, o que é viver na cidade contemporânea. Vai-se desenhando um vasto campo transdisciplinar, em que são compostos diversos territórios de subjetivação, no sentido dado por Deleuze e Guattari (1997). O olhar atento às produções que nascem destes esforços de compreensão sobre o tecido e o tecer urbanos dizem muito, não apenas do que é a cidade, como também de quem somos nós, dos modos de subjetivação que aí se formam e, neste processo, marcam essa cidade.

É muito interessante observar como a psicologia despende pouca atenção sobre essa questão. Não temos nos arriscado nem mesmo a descrever a cidade. Este parece ser um indicativo importante de uma contradição deste campo, pois, como produzir uma psicologia que

* Mestre em Psicologia Social pela UFMG. Professora do Departamento de Psicologia da UFMG.

** Doutor em Psicologia Clínica pela PUC São Paulo. Professor do Departamento de Psicologia da PUC Minas.

¹ Pela primeira vez na história, a maior parte da população humana é urbana (Davis, 2006): em 1950, o mundo contava 86 cidades com mais de 1 milhão de habitantes; hoje são 400 e em 2015 provavelmente serão pelo menos 550.

alcance o sujeito em seu contexto, em sua processualidade, na história e no cotidiano, se diversas vezes deslocamos esse sujeito de sua materialidade, da concretude do real? Buscamos, pois, refletir sobre que subjetividade é essa, ou melhor, como nos subjetivamos nas cidades contemporâneas, em que a dimensão pública é transformada em resíduo, ao mesmo tempo em que tudo é privatizado – inclusive as subjetividades.

Cidade: território de subjetivação

Os lugares enunciam a força da impressão do cotidiano justamente no espaço, mais que no tempo (Bachelard, 2000). É o lugar o espaço praticado. A prática do espaço, a experiência, constitui territórios da subjetivação. Esses modos de subjetivação são histórico-espacialmente construídos, são territórios de subjetivação como definiu Guattari (1985). Encontramos aí a força do lugar e a importância do cotidiano. Perguntamos: Que lugar é a cidade? Que processos de subjetivação se tecem nos encontros aí fabricados, aí impedidos?

Para esse entendimento da cidade, devemos tomá-la não apenas como um enquadramento possível para fotografar a vida humana, não apenas como palco para este ‘espetáculo’, mas antes como dispositivo ativo de configuração da estrutura social. Cidade, lugar de encontros, onde o jogo da alteridade se joga na diferenciação das forças.

A cidade é o lugar fabricado para o encontro, para o entretenimento, para a troca. Assim, floresceram as cidades ao longo da história, fortalecendo significados. O lugar da troca e da negociação é, também, lugar da produção. A cidade, nesses termos, é lugar da criação, da fertilização. O homem cria a cidade e, assim fazendo, recria a si mesmo. Lugar da vida moderna, por excelência, a cidade é o espaço da arte e da produção: simultânea e contraditoriamente, o lugar da vida é o da exclusão, dos sonhos frustrados e da marginalidade. Vida e morte se encontram na cidade da criação. (Hissa, 2006: 88)

De que modo, nesse quadro geral, a experiência da subjetividade é tecida? De que modo a produção da vida se encontra com a morte? Qual o espaço da arte, da invenção e da resistência no tecido urbano contemporâneo? Qual o lugar da subjetivação neste processo? À medida que tomamos a cidade e o urbano como objetos de nossa reflexão, podemos colocar em relevo a importância do espaço para a compreensão da dinâmica social, bem como para entendermos os modos de subjetivação que são urdidos na cidade contemporânea.

A cidade é a esfera preferencial e inelutável do exercício político, fundamental a nossa existência. É o espaço privilegiado do encontro com essa diferença, ainda que, sintomaticamente, vimos reconhecendo, em sua trama, inúmeros movimentos de recusa ao encontro com a

diferença. São estratégias de enclausuramento – objetivo e subjetivo –, em que se buscam, por meio da negação do diferente, a segurança perene e o conforto estável.

Esta recusa é, em primeira instância, compreensível se reconhecermos o desgaste psíquico que é gerado na necessidade de negociação cotidiana que nasce desse encontro com o diferente. Ao mesmo tempo, sabemos que a diferença, enquanto alteridade, é vital na produção de singularidade, de subjetivação. No entanto, nossa contemporaneidade tem sustentado e estimulado uma aproximação sempre superficial e protegida com a experiência de alteridade. Deste modo, aparece uma negação à diferença, naquilo que ela convoca de potência de diferenciação – compreendendo tanto o inesperado quanto o caótico.

Assim, surge um modo de existência que se configura como estratégia de vida global, marcada pela impermeabilidade. Trata-se da cristalização de referências normativas imutáveis, sustentando, por sua vez, identidades hipervalorizadas², um regime identitário figurativo. Deparamo-nos, aqui, com a via da constante desqualificação do outro, da proliferação de muros e cercas, reais e simbólicas. A síntese desse processo mostra-se mais claramente na racionalidade do particular e no individualismo onipresente; ainda que a cidade moderna tenha nascido sob uma égide oposta, isto é, como espaço de liberdade e resistência à servidão feudal: “o ar da cidade liberta”, propõe um antigo provérbio alemão, como lembra João Antônio de Paula (2006).

Simmel (1902) apontou no modo de vida do início do século passado a presença da racionalidade, produzida pelo dinheiro, e o conseqüente recrudescimento do individualismo. Hoje podemos identificar na cidade contemporânea diversas estratégias de sustentação desse individualismo, cujas raízes remontam ao início do século XX, calcado no exercício da recusa ao contato com o outro, situando-se na esfera privada.

O privado aparece, pois, não apenas no que diz respeito ao capital, tão evidente na cidade, mas também como o que se coloca como elemento compositor de um modo hegemônico da experiência subjetiva: privar-se do risco, da alteridade, da política.³ A importância que a esfera do privado vem tomando no tecido da cidade é visível. Está presente desde a valorização do transporte individual, em carros carregando apenas um indivíduo, até a onipresença dos shoppings (templos de consumo, aparência e homogeneidade; monumento ao privado e ao totalitarismo soft de consumo nada soft), alcançando ainda a esfera da cultura e da arte (fetichizadas e demarcadas, hoje, como territórios de marcas famosas, às quais agregam valor).

² Como discute Suely Rolnik (1997) no texto “Toxicômanos de identidade”.

³ De fato, a simbolização e a materialidade do espaço público, pensamos, vêm sendo interrompidas na cidade contemporânea, que parece tender à fragmentação, como também descreve Chauí (2006): encolhimento do espaço público; desvirtuamento da esfera da opinião pública; privatização do espaço público e proposta da vida privada como suporte à ordem pública.

Presente no desenho e na representação simbólica a ele correspondente, o continente privado da vida é apresentado, espetacularizado, desejado e gozado cotidianamente. Este processo vem se apresentando, de maneira mais ou menos sofisticada, tanto nas formas de gestão da cidade, quanto nas de produção psicossocial do repertório de singularização disponível aos modos de subjetivação que, deste modo, sofrem também um processo de privatização.

Se a rua é o resto (é residual), o que é a cidade? Vemos um mundo onde a paixão pela segurança governa, onde as propostas, veiculadas pelas imagens publicitárias espetaculares, do universo do consumo, são garantias e finalidades. Trata-se da radicalização da alteridade, no tecido urbano, no contexto da sociedade do espetáculo e da aparência.

No entanto, não podemos esquecer que, perante este modelo hegemônico, alternativas diversas, de outros modos socioespaciais de produção e invenção da vida, são engendrados. Ora, se são as cidades uma manifestação representativa da civilização que adotamos, como aponta Milton Santos (1994), precisamos entendê-las para além de formas de organização no ambiente, mais do que a chamada cidade formal, mais que um traçado de ruas e números. Antes, são dispositivos de produção de vida pública.

Essa idéia nos aproxima da leitura de Suely Rolnik, que trata do modo antropofágico de subjetivação: “É preciso suportar a turbulência que a sopa antropofágica promove na alma, até para que o outro seja digerido e um outro contorno de si ganhe consistência.” (1998: 03). A autora se refere aqui ao encontro com o outro como um exercício ativo de desterritorialização, em que me deixo afetar pela potência diferenciante do outro, à medida que o incorporo.

Entretanto, parece-nos que a possibilidade de risco apresentada pelo encontro com o outro têm levado muitos dos moradores da cidade à vulnerabilidade, como no caso das identidades prêt-à-porter, identidades figurativas, a um certo modelo de consumo, de moda e, como discutimos neste texto, da busca pela segurança (garantida e constante) *a priori*. É a opção pela via despotencializadora do princípio antropofágico, de que fala a autora, o esvaziamento da crítica e do conflito, a eleição do pré-aprovado, dos *kits* fixos – de acordo com a configuração do momento – sempre propostos como inabaláveis, anestésicos e estáveis, sempre subtraindo ao máximo a existência do outro (pois ele, o outro, diferente de mim, acaba por convocar o caos, a mudança, a instabilidade). E ao subtrair o outro, elimina-se o que dele pode advir, inclusive, a vida pública.

Ainda amparados pela perspectiva de Suely Rolnik, entendemos a vida como um “processo infinito de diferenciação” (2007), operado pelas forças da heterogeneização. Daí concluímos que a tensão não pode ser retirada da vida. É a presença fundamental da política. Pois a vida pública

fabrica a diferença. Analisando o trabalho de Dias & Riedweg, a autora sustenta que a vida pública é:

uma máquina humana que, a partir do confronto de universos múltiplos e variáveis, fabrica diferenças, as quais são feitas ao mesmo tempo e, indissociavelmente, de tecido social, consistência subjetiva e mapa de sentido. Uma máquina micro e macropolítica que atua portanto, simultaneamente, no intensivo e no extensivo. (Rolnik, 2003: 36)

É nesse sentido que podemos afirmar que a cidade vem sendo tratada como algo caótico; mas é justamente nesse espaço do caos, que emana do encontro e da proliferação da diferença, que se produz vida pública. No entanto, impera uma visão ordenadora, “cartesiana”, asséptica, que pressupõe – delira? – uma cidade sem contradições, sem riscos, que tenta sustentar uma vida ideal em que os efeitos da diferença e da urbanização seriam subsumidos, afastados, eliminados: o caos, o risco, a pobreza, a sujeira, o esgoto, o trânsito... É um ideal moral (moralizante) que não suporta o caos. É ainda um recurso ideológico, que age justamente na sustentação desses mesmos efeitos, desde que localizados como partícipes do outro, distinto de mim. É o não-civilizado, o bárbaro, o diferente (por exemplo, o favelado). Esse mecanismo atua, do mesmo modo, na legalização de espaços de auto-segregação, e legitima controles sociais de segregação imposta, em que – aí sim – a pobreza, a sujeira, o esgoto e, ainda, a violência sejam atributos compulsórios e justificados fora da relação, pois não há implicação coletiva, pública, política, nessa produção. O outro não me afeta. Por fim, é exatamente esse esvaziamento de implicação, perceptível, por exemplo, na produção de espaços de homogeneidade (enclaves fortificados) e no esvaziamento da rua como local privilegiado do público e do político, em que a violência, usada para justificar a segregação, ganha força.

É claro que os movimentos e produções tecidos nos caminhos da cidade não se resumem aos aspectos despotencializadores do princípio antropofágico. Podemos nela também reconhecer movimentos outros, de resistência e intensificação, ativados por inúmeras estratégias de mediação e produção; resistir à regra geral da homogeneização é não apenas possível, como delicioso! Aí, não toleramos a sedução dos kits de que fala Suely Rolnik, pois podemos, então, “quebrar o vínculo infernal da escravidão ao modo hegemônico de subjetivação” (1998). É possível pensar e viver, de maneira singular, a diversidade e a diferença; esta é, por princípio, a idéia de subjetividade tão cara à própria psicologia. E, sublinhamos, isso só ocorrerá se nos deixarmos afetar pelo outro, se toparmos o desconhecido. O que se mostra intolerável é a busca pela estabilidade da homogeneização generalizada.

São muitos os sentidos de pertencimento disponíveis hoje. Mas, para além da percepção da via que se tornou o consumo, interessa-nos, nela, a pergunta: “em que consiste ser sujeito hoje?”. Simular? A busca dessa resposta nos reenvia à alteridade, como é produzida no espaço

apropriado. Alteridade radicalizada, negada, distorcida. Alteridade que propõe o igual a partir da desqualificação do diferente. Alteridade que exige o consumo do próprio corpo no olhar do outro, e um des-habitar seu próprio corpo; pregar a saúde e o prazer absoluto, a despeito da instabilidade da produção de saúde – de fato.

Os condomínios fechados, verticais ou horizontais, os mais antigos ou os empreendimentos mais modernos, os que apelam pela “vida próxima da natureza” ou os que vociferam a vida luxuosa e exclusiva, e os que combinam um pouco de tudo, erguem-se e multiplicam-se intensamente pelas cidades brasileiras; fazem-no estritamente por meio da negação da própria cidade, do convívio com a diferença e com a política. Delimitam assim a conformação de modos de vida e de subjetivação, simulam-se sujeitos. Ser incluído, sem fazer parte – é essa a cidade que habitamos, e que nos habita.

Mas, à medida que vamos nos aprofundando nesses pseudo oásis do privado, o ar se adensa, fica mais difícil respirar, e é necessário buscar outra voz, outra linguagem. Talvez, mesmo, seja preciso inventar algum conceito que nos possibilite acessar o sentido produzido nas subjetivações da cidade, na produção de sujeitos. Apresentamos como estratégia, para tanto, a elaboração de um conceito (fagocitose), a partir de um recorte de ficção (Dogville), entendendo, através da discussão teórica anterior, podemos agora ensaiar aberturas a novas questões e reflexões. Desde o mais claustrofóbico interior, buscamos agora uma saída para a rua.

O MUNDO SEM EXTERIOR

Um pequeno mundo delimitado. Espaço de reclusão de um sossego cruel e sempre vigilante. Um bem conhecido ideal do que há de mais mediano numa população atemorizada pelos seus próprios abismos. Uma prisão subjetiva cotidiana que encerra a vida num gradeado sem cor, mas que a faz durar, preservar-se.

“São as pessoas da sala de jantar...” conservando violentamente sua paz. Mais: propagando, inoculando um veneno de paranóia e medo frente a um mundo assustadoramente mais diverso que suas repetições *ad nauseum*. Umas vidas – ou melhor: um ideal de vida – que rebata nos pequenos espaços de si-mesmas, gerando este estilo asmático-claustrofóbico de ser. Porque, afinal, o ar também é nauseabundo, e a clausura... angustiante. Um peito espremido, achatado, dolorido, que morre de medo das balas, mas que aceita – com contrariada complacência – a pressão contínua nesse peito cada vez mais miúdo, pela falta de espaço subjetivo: cercas, cercas, cercas... Mas, ao mesmo tempo, claustrofobia! E algo pulsando para fora, para o Fora. Incapacidade de manter a força vital pulsante no curral da repetição, na

conservação. Linhas cruzando, movimento, necessidade de ar. E, paralelamente, a incrível incapacidade atual de se *sair*. Nossa sociedade – ou melhor, o rebanho, como diria Nietzsche – está cada vez mais interiorizada.

E é correlativa a essa incapacidade (impotência) em sair, a necessidade de *incluir*: vai-se agregando mais sócios ao “clubinho” da aceitação. Mas essa integração se dá por despotencialização, através da redução do poder de contágio. A alteridade que a “normalidade” burguesa tem se orgulhado em incluir no seu seio é uma diversidade de tipos, que muito pouco – senão nada – interfere no seu *modus operandi*: tem-se tipos diversificados (principalmente exóticos) funcionando normalmente.

A esse respeito, seria interessante pensar no filme de Lars Von Trier, *Dogville*, inspirado pela leitura de Michael Hardt, *A Sociedade Mundial de Controle* (2000): a contemporaneidade como um mundo sem fora. Em que nada fica de fora. É essa a sensação que nos assalta ao assistir ao filme. A começar pela proposta estética do diretor: cidade que, à primeira vista, não têm paredes. Poderíamos pensar que, não tendo as casas, paredes, não haveria intimidade, ou interioridade. Mas é o contrário: o que não há é exterior, exterioridade.

Inclusive, o cenário resume a história do filme: num pequeno vilarejo (*Dogville*), no alto de alguma montanha nos EUA, uma jovem estranha (Grace – Nicole Kidman) chega, numa certa noite, fugida de alguns gangsters. A partir daí, o que veremos é a relação dessa estranha com o vilarejo e suas infinitas tentativas de ser aceita, principalmente devido ao risco que representa – ela é procurada primeiro pelos próprios gangsters, depois pela polícia, várias vezes.

No entanto, com um olhar um pouco mais aguçado, percebe-se que o perigo que Grace representa não é apenas o de ser uma suposta criminosa, para a qual esta comunidade estaria dando guarida; o perigo maior é o seu poder de contágio.

É nesse sentido que o cenário do filme – cidade sem paredes, sem “barreiras” – resume sua história, pois é essa a utopia de Tom (Paul Bettany), personagem que encontra Grace na noite em que ela chega ao vilarejo, e que a convence a ficar. Sua utopia é a de que *Dogville* pode, se tiver oportunidade, demonstrar sua hospitalidade e sua aceitação. Que não haveria segredos, não haveria fronteiras... E é assim que vemos a transparência simbólica ser, pouco a pouco, desconstruída pela intolerância e mesquinharia mais cotidianas.

Para refletirmos sobre isso, busquemos em Michael Hardt, que nos fala das novas sociedades de controle e de sua capacidade de agregar a diferença. Na verdade, é uma espécie

de fagocitose⁴ do outro, que o permite jogar o jogo, desde que não questione as regras. Todos são aceitos, desde que rezem conforme a bíblia do mercado capitalista global – ou aquilo que Guattari denomina Capitalismo Mundial Integrado. Mas que, de uma maneira ou de outra, não fazem parte. Estão dentro, mas não fazem parte. É essa a situação de Grace, que é acolhida na comunidade, que é “integrada” à sua vida, mas que não faz parte, e não por não ser de lá, mas por não ser como eles.

No entanto, não é que Grace não faça parte: ela é mais como um corpo estranho, um elemento estrangeiro, a modificar (contagiar) os pequenos arranjos da vida de cada um. Com isso poderíamos pensar que ela desobstruiria a vida contida, liberaria os fluxos. Mas não é exatamente isso o que ocorre, pelo menos não a longo prazo. Sua interferência, “permitida” mediante sua “inclusão”, se, por um lado, ressuscita uma comunidade moribunda; por outro, potencializa várias mesquinhas.

Tanto que a “permissão” de sua “inclusão” se dá mediante o seu trabalho na comunidade. Se, primeiramente, Grace faz questão de trabalhar – quer se sentir como um deles, quer recompensá-los pela acolhida – logo em seguida esse trabalho irá se transformar numa espécie de preço pelo qual Grace deve pagar – infinitamente – pelo que é. Paga, a princípio, pelo perigo que representa – é uma fugitiva da polícia. Posteriormente, percebe-se que ela paga, na verdade, por ser a diferença. Ou melhor, ela paga pois lembra a comunidade de sua própria impotência. Isto é, a potência desse corpo estranho (sua generosidade) revolta a impotência da conservação das pessoas do vilarejo.

E é interessante notar que é através de uma operação sem fim de inclusão que Grace é supliciada. O dentro vai se mostrar um sem fundo⁵, e a inclusão, uma operação de infinito suplício. Como se, intuitivamente, os moradores de Dogville farejassem o perigo da entropia, e todo seu ódio contra a vida estoura – furúnculo adormecido – no corpo estranho.

Porque é realmente de um corpo estranho que se trata, pois a humilhação de Grace é o suplício de sua carne que, sabemos agora, é o anteparo de atualização do ódio dessa

⁴ **Fagocitose:** As células vivas têm a capacidade de englobar partículas através de um processo ativo que envolve a formação de prolongamentos da membrana plasmática e vesícula citoplasmática contendo o material englobado. Tal processo é genericamente denominado endocitose, que, é dividido em fagocitose (partículas sólidas) e pinocitose (partículas líquidas). O mecanismo se inicia pela adesão da partícula à membrana citoplasmática, seguida de uma invaginação que, pouco a pouco se aprofunda e acaba por internalizar a partícula num vacúolo citoplasmático, ao mesmo tempo que se processa a cicatrização da membrana citoplasmática ao nível do ponto de invaginação.” In.: <http://www.biomania.com.br/immunologia/immunidade.php>, acesso em 30/09/2004.

⁵ Pensar com Kafka, e sua Construção: a proteção paranóica de uma interioridade, cuja única lástima é ainda necessitar de uma exterioridade. Nem que seja apenas para justificar a sua manutenção... (In.: KAFKA, Franz. Um Artista da Fome; Construção. Trad. Modesto Carone. S.)

comunidade contra a vida. Sua carne será levada à exaustão pelo trabalho ininterrupto, pelos estupros cotidianos e pelas provocações mais diversas.

Quando uma célula fagocita um corpo estranho, o faz através de uma quebra das ligações próprias à substância fagocitada. Assim, incorpora-a. Isto é, torna-a parte de si, assemelhando-a o máximo possível às suas próprias ligações. Na verdade, a fagocitose serve como um mecanismo de defesa para a célula:

A fagocitose é a forma de defesa mais primitiva. Os seres unicelulares tinham-na como única forma de nutrição e proteção e para os seres multicelulares é um processo fundamental de depuração do organismo, seja através de remoção de resíduos de origem interna (células mortas, componentes de células danificadas, macromoléculas desnaturadas), seja através da eliminação de corpos estranhos de qualquer natureza, inclusive microorganismos. (Garcia, 2008)

Dito isso, voltamos ao início: um pequeno mundo delimitado... Com nossas políticas de subjetivação temos, amiúde, nos enclausurado dentro de nós mesmos. No afã de nos conservar, temos nos despotencializado. E, frente ao estranho e sua potência, tendemos a despotencializá-lo para, então (e só então), inclui-lo.

De fato, temos produzido e sustentado vários dispositivos de inclusão fagocitária, e, através destes dispositivos pretendemos manter os modos hegemônicos de subjetivação, dar continuidade (ou a promessa de continuidade) a um EU que não irá se estranhar com o passar dos anos, que não será marcado pela intensidade das experimentações: um Dorian Gray, cuja pintura que carrega as marcas das experimentações ficará esquecido num porão qualquer, impossível, inatingível, talvez mesmo fora de si. E o fora de mim não é mais o Outro (categoria identitária); mas sim, o devir-outro do estranho. Com a inclusão do Outro, é o processo de singularização que é excluído.

O filme Dogville nos permite visualizar isso: a trajetória de Grace ilustra a tentativa de uma comunidade em incluir o outro através da purgação de sua singularidade. E o desfecho do filme nos mostra esse corpo estranho (Grace) exercendo sua potência e, através de um sagrado NÃO, afirmando-se. Em suma, o filme termina como um grande campo limpo e deixa pairando a pungente (e latejante questão): como vencer o ostracismo que reina sem a inclusão despotencializadora ou o extermínio? Talvez o que deva perecer seja um modo de vida, mais do que seus viventes... Mas isso é só uma conclusão para se dormir tranqüilo.

BIBLIOGRAFIA

Bachelard, Gaston. (2000) A poética do Espaço. São Paulo: Martins Fontes.

- Chauí, Marilena. (2007) O que é política? In Novaes, A. O esquecimento da Política. Rio de Janeiro: Agir.
- Davis, M. (2006). Planeta Favela. São Paulo: Boitempo.
- Deleuze, Giles & Guattari, Félix. (1997) Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, vol 5.
- Garcia, Ivan Aleno. Resistência e Imunidade. Disponível em: <http://www.mundobio.t5.com.br/arquivo.php?tipo=microbiologia&file=15>, acessado em: 16/06/2008.
- Guattari (1985). Espaço e poder a criação de territórios na cidade. Espaço e debates.
- Hardt, Michael. (2000) A Sociedade Mundial de Controle. In.: Alliez, Éric. (org.). Gilles Deleuze: uma vida filosófica. São Paulo: Ed.34.
- Hissa, Cássio E. V. (2006) Ambiente e vida na cidade. In Brandão, C. A (org) As cidades da Cidade. Belo Horizonte: UFMG.
- Meireles, Cildo. Através. 1989-1989. Foto Pedro Motta. www.inhotim.org.br
- Paula, João Antônio de. (2006) A cidade e a universidade. In Brandão, C. A (org) As cidades da Cidade. Belo Horizonte: UFMG.
- Rolnik, Suely. (1998) Princípio antropofágico de individuação. Mimeo - Aula 01 (01/04/1998)
- Rolnik, Suely. (1997) Toxicômanos de identidade. In Lins Daniel (1997) Cultura e subjetividade. Saberes Nômades. Papyrus, Campinas; pp.19-24.
- Rolnik, Suely. (2007) A vida na berlinda : Como a mídia aterroriza com o jogo entre subjetividade-lixo e subjetividade-luxo". Revista Trópico, São Paulo.
- Rolnik, Suely. (2003) Alteridade a céu aberto: o laboratório poético-político de Maurício Dias & Walter Riedweg. In Possivelmente hablamos de lo mismo. Catálogo da exposição da obra de Maurício Dias & Walter Riedweg. Barcelona: MacBa d'Art Contemporani de Barcelona.
- Santos, Milton. (1999). A natureza do Espaço: espaço e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec.
- Santos, Milton, (1994) O retorno do território. In Santos, M., Souza, M. A. & Silveira, M. L. (Orgs). Território – globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR.
- Simmel, G. (1902) A metrópole e a vida mental. In Velho, O. G. (1987) O Fenômeno Urbano.
- Leminski, Paulo. (1991) La vie em close (fragmentos). São Paulo, Brasiliense.
- Vainer, Carlos B. (2002) Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In Arantes, O. et al. A Cidade do Pensamento único. Petrópolis: Vozes.